

A REFORMA DA PAC E A CONTRA OFENSIVA PORTUGUESA

É de todos sabido que o 1º pilar da Política Agrícola Comum (PAC) tem penalizado muito o desenvolvimento das agriculturas portuguesas. O 1º pilar da PAC suporta principalmente produções típicas do Centro e Norte da Europa e/ou dos países fundadores da PAC (leite, carne de bovino e cereais) e representa 84 % do orçamento agrícola (FEOGA) da União Europeia (UE). As ajudas directas por ha de cultura e cabeça de gado, introduzidas com a reforma MacSharry da PAC de 1992, calculadas com base em produtividades históricas e sujeitas a quotas nacionais, representam cerca de 50% do suporte às agriculturas europeias veiculado pelo 1º pilar. O 1º pilar da PAC há muito que não serve nada a que se possa chamar interesse público europeu.

A reforma intercalar da PAC proposta pela Comissão diz respeito às ajudas directas do 1º pilar. A Comissão pretende dissociar estas ajudas de produções específicas, reduzir o seu montante e transferir parte das verbas remanescentes para o 2º pilar da PAC (o pilar das ajudas estruturais às explorações e das novas políticas, como o suporte à multifuncionalidade, à agricultura biológica, ao desenvolvimento rural, etc.).

Portugal tinha pelo menos duas posições possíveis face a esta proposta de reforma. A primeira seria a de se colocar completamente ao lado da proposta e exigir mais da mesma. Falar toda a verdade sobre as distorções da actual PAC. Definir aquilo que seria uma política correcta do ponto de vista do interesse público europeu. Aceitar que a transição da actual política para a nova pudesse ser gradual e não do tipo terapia de choque. Tendo seguido esta primeira alternativa, Portugal poderia até estar nesta altura a negociar aumentos das quotas nacionais no 1º pilar, pelo facto da reforma não ir tão longe quanto deveria. A outra posição, a escolhida pelo governo

português, foi a de colocar-se completamente contra a proposta. O governo português aliou Portugal a países que muito ganham com as actuais distorções da PAC. Quis negociar aumentos generalizados das quotas nacionais no 1º pilar e obteve como resultado o conjunto vazio. A posição negocial portuguesa saiu claramente enfraquecida.

A contra ofensiva portuguesa passa agora pelo Parlamento Europeu. Ela tem três fins em vista:

- a) assegurar que as regiões desfavorecidas tenham um tratamento especial,
- b) evitar a dissociação total das ajudas do 1º pilar de produções específicas,
- c) suportar um gradualismo de reforma.

O primeiro fim é correcto. Assegurar que aquelas agriculturas cujas funções ultrapassam a produção intensiva e indiferenciada de alimentos não sejam penalizadas por esta reforma. Os custos sociais, ambientais, culturais e territoriais do abandono destas agriculturas são claramente superiores aos benefícios orçamentais.

O segundo fim é, a meu ver, incorrecto. A dissociação de apenas parte das ajudas introduz complexidade burocrática no sistema de ajudas – criando um novo tipo de ajuda – sem outra finalidade que não seja minimizar a referida dissociação. O argumento de evitar o abandono agrícola é discutível. Foi mais drástica, do ponto de vista deste abandono, a mudança preconizada pela reforma MacSharry de 1992 do que seria a dissociação agora proposta. Por outro lado, a proposta da Comissão dissocia as ajudas de produções específicas não as dissocia da produção em geral. A necessidade desta dissociação parcial prende-se com os compromissos da UE no âmbito da Organização Mundial de Comércio de transferir parte das ajudas da PAC da caixa azul para a caixa verde.

Quanto ao terceiro fim, Joseph Stiglitz no seu livro “Globalização a grande desilusão” demonstra bem as vantagens de estratégias gradualistas face a estratégias fundamentalistas e/ou do tipo terapia de choque. Todavia, o gradualismo (tal como o diálogo) não pode ser visto como um fim em si mesmo. Pelo contrário, deve ser visto como um meio que facilita o atingir de fins. Caso contrário, corre-se o risco de no processo de negociação perder a noção daquilo que se está a negociar.

Leonardo Costa

Professor da Faculdade de Economia e Gestão

Universidade Católica Portuguesa